

***Campus Colorado do Oeste***  
**Coordenação do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas**

**KLEZIANE DE LIMA COSTA**

**INCLUSÃO ESCOLAR NO ESINO REGULAR:  
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA EM  
ESCOLAS PÚBLICAS DE TRÊS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA**

**COLORADO DO OESTE  
2025**

**KLEZIANE DE LIMA COSTA**

**INCLUSÃO ESCOLAR NO ESINO REGULAR:  
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA EM  
ESCOLAS PÚBLICAS DE TRÊS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA**

Artigo Científico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Colorado do Oeste, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Ciências Biológicas, sob a orientação do professor Me. José Elias de Almeida.

**COLORADO DO OESTE  
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Costa, Kleziane de Lima.

Inclusão escolar no ensino regular: a percepção de professores sobre a prática docente inclusiva em escolas públicas de três municípios de Rondônia / Kleziane de Lima Costa. - Colorado do Oeste, 2025.  
27 f.

Orientador(a): Prof. Me. Jose Elias de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Colorado do Oeste, 2025.

1. Inclusão escolar. 2. Formação de professores. 3. Desafios e diversidade. I. Almeida, Jose Elias de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Juliana Machado da Silva Sasset, CRB-11/1140

# INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A PRÁTICA PROFESSOR INCLUSIVA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TRÊS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA.

Kleziane de Lima Costa<sup>1</sup>

José Elias de Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** A inclusão escolar é um tema amplamente discutido na educação, especialmente no que se refere à inserção de pessoas com deficiência no ambiente regular de ensino. Baseado nesse pensamento, este estudo buscou investigar as percepções de professores da Educação Básica sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no ensino regular, além de provocar reflexões sobre a árdua e desafiadora tarefa da escola na missão de incluir na sociedade pessoas com algum tipo de deficiência de forma igualitária, justa e humana. Foram entrevistados oito professores da rede pública de três municípios do estado de Rondônia. Os resultados indicam que as principais dificuldades identificadas pelo grupo pesquisado foram falta de recursos materiais para atender a diversidade das demandas de PCD, apoio técnico insuficiente para apoiar e orientar os professores, maior implementação de formação continuada para professores em serviço, melhorias na infraestrutura escolar e mais apoio familiar. Os dados permitiram que, além de visualizar situações inibidoras no processo inclusivo, apontam também para possíveis tomadas de decisões quanto a solução de problemas urgentes que certamente agregarão qualidade à proposta inclusiva no trabalho escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão escolar; Formação de professores; Desafios e diversidade.

**ABSTRACT:** School inclusion is a widely discussed topic in education, especially with regard to the inclusion of people with disabilities in the regular teaching environment. Based on this thought, this study sought to investigate the perceptions of Basic Education teachers about the inclusion of people with disabilities (PWD) in regular education, in addition to provoking reflections on the arduous and challenging task of the school in its mission to include people with some type of disability in society in an egalitarian, fair and humane way. Eight public school teachers from three municipalities in the state of Rondônia were interviewed. The results indicate that the

---

<sup>1</sup> Graduanda. Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia, *Campus* Colorado do Oeste. E-mail: klezilima@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor orientador - Mestre em Educação e Linguagens. Licenciatura em Pedagogia. Licenciatura em Psicologia com especialização em Psicologia escolar. Bacharel em Jornalismo. Professor EBTT, IFRO/Colorado do Oeste.

main difficulties identified by the researched group were lack of material resources to meet the diversity of PWD demands, insufficient technical support to support and guide teachers, greater implementation of continuing training for in-service teachers, improvements in school infrastructure and more family support. The data allowed that, in addition to visualizing inhibiting situations in the inclusive process, they also point to possible decision-making regarding the solution of urgent problems that will certainly add quality to the inclusive proposal in school work.

**KEYWORDS:** School inclusion; Teacher training; Challenges and diversity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO OU BIBLIOGRÁFICO</b>	<b>9</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>11</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>12</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inquietação para esta pesquisa surgiu a partir da minha vivência em sala de aula durante o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) *Campus* Colorado do Oeste a partir de atividades com projetos de extensão, no estágio supervisionado e Residência Pedagógica, onde foi possível observar de perto os desafios enfrentados por professores na árdua tarefa de promover a inclusão escolar.

A história da humanidade registra a presença de pessoas com deficiência nas diversas civilizações que povoaram nosso planeta. Nos registros históricos nota-se que os PCDs sofriam discriminação, mal tratos durante séculos.

Em algumas sociedades o tratamento dado às pessoas com deficiência era diferente. Sobre isto observa-se que:

[...] entre os povos primitivos o tratamento destinado aos portadores de deficiência assumiu dois aspectos básicos: alguns os exterminavam e outros os protegiam e sustentavam para buscar a simpatia dos deuses ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilaram nas guerras (Fonseca, 2003, p. 135).

Na obra "Educação Especial na História: dos primórdios à Idade Média", (Corrêa 2010 *apud* e Pessotti, 1984), analisam a evolução histórica da percepção e tratamento da deficiência mental, desde as percepções místicas até as abordagens científicas. Corrêa (2010) destaca como as atitudes em relação às pessoas com deficiência mudaram ao longo do tempo, influenciadas por fatores religiosos, sociais e científicos.

Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus podiam sacrificar os filhos que nasciam com alguma deficiência. Em Esparta (Grécia), as crianças deficientes eram consideradas subumanas e sacrificadas do alto de precipícios (Corrêa *apud* Pessotti, 2010, p. 12). Na Idade Média, Martinho Lutero defendia que os deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados, e durante a Inquisição, toda pessoa portadora de deficiência que fosse reconhecida pela igreja como a encarnação do mal era destinada à tortura e à fogueira. Outras eram acolhidas em conventos ou igrejas por troca de trabalhos.

No entanto, na Idade Moderna, as pessoas com deficiência eram entendidas como doentes, que precisavam de cuidados médicos.

O louco e o idiota já não são mais criaturas tomadas pelo diabo e dignos de tortura e fogueiras por sua impiedade ou obscenidade: São doentes ou vítimas de forças sobre humanas cósmicas, ou não dignos de tratamento e complacência (Corrêa 2010 *Apud* Pessotti, 1984, p.15).

Portanto, as superstições, a crença em espíritos maus, o pensamento dos castigos de Deus para justificar as deficiências foram aos poucos sendo substituídos por uma visão científica.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala), de 28 de maio de 1999, e posteriormente internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como: [...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

A inclusão escolar é um tema amplamente discutido na educação, especialmente no que se refere à inserção de pessoa com deficiência no ambiente regular de ensino.

Portanto, esta pesquisa buscou investigar as percepções de professores da Educação Básica sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no ensino regular, além de provocar reflexões sobre a árdua e desafiadora tarefa da escola na missão de incluir na sociedade pessoas com algum tipo de deficiência de forma igualitária, justa e humana.

## **2 INCLUSÃO: as leis, a prática**

A inclusão escolar é um tema amplamente discutido na educação, especialmente no que se refere à inserção de pessoas com deficiência no ambiente regular de ensino. A Constituição Federal de 1988, criou um ambiente obrigatório e de responsabilidade do poder público para providenciar os meios necessários que garantam uma inclusão ampla, geral e irrestrita de pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino da educação nacional. “É dever do Estado garantir

o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Art. 208, Inciso III, CF. 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 nos artigos 58 e 59, normatiza os critérios que devem ser adotados pelo estado e instituições escolares para que a inclusão seja feita de forma plena: “[...] serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades do aluno com deficiência e quando não for possível a integração na escola regular (Art. 58, §1º e 2º)”.

[...] Currículos e métodos de ensino adequados às condições de aprendizagem. Terminalidade específica para os que não puderem alcançar o nível exigido considerando suas deficiências, bem como aceleração de tempo e programa para os superdotados. Professores qualificados de forma adequada para atendimento especializado, e para os do ensino regular, capacitação que os torne aptos a integrar os educandos com deficiência às classes comuns (Art. 59, inciso I, II, III).

Neste sentido, a inclusão de PCDs, em salas de aula regular é garantida por lei. Porém, a diversidade que envolve o assunto muitas vezes na visão da escola, dificulta a plena aplicação da lei. Sobre isto, Mantoan (2003, p. 17) afirma: “A diversidade deve ser considerada uma riqueza para a escola, e não um problema a ser resolvido”. A inclusão escolar é um conceito que transcende a simples inserção de alunos com necessidades especiais em classes regulares; ela exige uma substancial transformação nas práticas pedagógicas, na cultura escolar e na formação dos professores (Souza; Cunha, 2019, p. 198 *apud* BRASIL, 2008, p. 1).

A inclusão de PCDs em ambiente escolar formal, passa necessariamente por um longo caminho com grandes desafios para sua efetivação, entre eles destaca-se a formação dos professores que muitas vezes vivenciam situações que não sabem como agir. Sobre isto, Mantoan (2003 p. 13) afirma: “[...] a inclusão implica mudanças profundas na escola, que envolvem sua estrutura organizacional, o currículo, as estratégias pedagógicas e a formação dos professores”. E complementa, “ não se trata apenas de colocar o aluno na escola, mas de garantir que ele aprenda, se desenvolva e participe do ambiente escolar com dignidade e respeito” (Mantoan, 2003, p. 25).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) encontramos no **Artigo 1º** “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito*

*de fraternidade (ONU, DUDH, 1948). Neste cenário, Souza e Cunha, (2019, p. 198 apud BRASIL, 2008, p. 1) afirmam: [...] A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na percepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis.*

### **3 METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo são de natureza qualitativa. A opção pela pesquisa qualitativa deve-se ao fato de a mesma “[...] buscar entender profundamente um fenômeno através da análise de dados não numéricos, como opiniões, experiências, imagens e percepções” (Minayo, 2015, p. 80). A presente pesquisa também se enquadra como pesquisa de campo, pois de acordo com Fonseca (2022, p.32) a mesma “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

O estudo contou com a participação de oito professores da rede estadual de ensino de três municípios do estado de Rondônia (Colorado do Oeste, Cerejeiras e Corumbiara) localizados na microrregião denominada cone sul do estado.

No processo de produção de dados utilizamos como canais de comunicação o e-mail e o WhatsApp. Através de contato com os professores buscamos saber a disponibilidade dos mesmos para participar da pesquisa respondendo a um questionário. Neste contexto, onze professores se prontificaram a colaborar, e num segundo momento enviamos o questionário para cada um deles. Trata-se de um instrumento de pesquisa semiestruturado que segundo Minayo (2019, p. 26) [...] “é uma ferramenta de pesquisa que combina elementos de questionários estruturados e não estruturados, oferecendo tanto perguntas pré-determinadas quanto a possibilidade de respostas mais abertas.” Dos professores que se dispuseram a responder, 8 cumpriram a tarefa e 03 não responderam. O questionário foi composto por 06 perguntas que buscavam saber a opinião sobre 1- grau de importância da inclusão para o ambiente escolar; 2- principais desafios enfrentados pelos professores na promoção da inclusão escolar, 3- a presença de alunos PCDs em sala de aula regular ajuda ou atrapalha a aprendizagem dos não-PCDs?; 4- participação dos

professores em eventos de formação continuada (cursos, palestras, etc.); 5- avaliação do suporte pedagógico da escola quanto ao atendimento multidisciplinar; 6- sobre a relação da escola com as famílias e a influência desta no processo de inclusão de PCD na escola regular.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na análise dos conteúdos/dados produzidos na pesquisa, as respostas foram organizadas considerando os significados e características similares. “A Análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos que permite interpretar discursos, falas, textos ou outros tipos de material (Santos; Souza 2020 *Apud* Bardin, 2016, p. 15).

De maneira geral, observou-se que a percepção dos professores pesquisados sobre a inclusão em sala de aula é um reflexo de sua compreensão espontânea sobre esse processo, assim como das condições que encontram no dia a dia para realizá-lo. No entanto, sabemos que o entendimento destes sobre a efetiva inclusão em sala de aula tem papel crucial no sucesso dessa prática, pois suas atitudes, crenças e conhecimento sobre o assunto podem impactar diretamente na eficiência das políticas inclusivas. Para Mantoan (2003, p. 25), [...] “a inclusão escolar deve ser entendida como um processo que transforma as escolas para responder à diversidade dos alunos”. Neste caso, há uma necessidade de Políticas públicas que apoiem com recursos, incentivem e orientem os professores sobre como implementar a inclusão escolar de forma eficaz e eficiente. “A participação do professor é fundamental para o sucesso da inclusão escolar, pois é ele quem lida diretamente com as diferenças e necessidades dos alunos no cotidiano da sala de aula” (Sasaki, 2009, p. 45).

A seguir, estão a síntese das respostas dos professores entrevistados. A pergunta 1, buscou saber a opinião dos professores sobre a importância da inclusão para o ambiente escolar.

Quando questionados sobre o papel da inclusão em sala de aula, os professores compartilharam suas percepções e opiniões nas quais responderam que:

(síntese das respostas dos entrevistados)

*“A inclusão representa uma equiparação de oportunidades, onde os alunos com deficiência têm acesso a um atendimento escolar especializado”. A inclusão em sala de aula regular proporciona aos não-PCDs a oportunidade de conviver com pessoas diferentes e que isso os torna mais humanos e tolerantes”.*

Para Reis (2010, p. 16), [...] “as relações estabelecidas com crianças PCD em classe regular, amplia a possibilidade de formar uma sociedade sem preconceitos e mais inclusiva”. Considerando que há diferentes tipos de deficiências, o que exige da escola mais esforço, é importante compreendermos que o contato direto entre alunos, a convivência no mesmo espaço de aprendizagem, a mediação pedagógica dos professores na utilização de mecanismos de ensino respeitando as condições de cada PCD, certamente vai ter reflexos positivos na formação de consciências inclusivas. Sobre isto, a Declaração de Salamanca (1994, p. 8), afirma: “todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas condições sejam elas físicas ou de qualquer outra ordem”.

Para o grupo pesquisado, a educação inclusiva em salas de ensino regular é uma forma mais eficiente de educar os alunos não PCDs sem preconceito fazendo-os entender que todos tem capacidades embora que diferentes, mas que são capazes de se preparar para os desafios diários da vida de maneira autônoma e confiante.

A pergunta 2, versou sobre os principais desafios enfrentados pelos professores na promoção da inclusão de alunos PCD na sala de aula regular.

(síntese das respostas dos professores)

*“O processo de inclusão é uma tarefa difícil e desafiadora, visto que a percepção idealizada da inclusão na teoria, muitas vezes colide com a realidade prática. Nos sentimos despreparados para lidar com as demandas de uma sala de aula inclusiva, especialmente quando enfrentamos a falta de recursos didáticos específicos, maior apoio especializado e tempo para adaptar práticas de ensino inclusivas”.*

Há uma unanimidade recorrente nas respostas: o despreparo para lidar com sala de aula inclusiva associada a falta de tempo para planejamento, a escassez de recursos didáticos específicos e apoio especializado na orientação de como adaptar práticas pedagógicas inclusivas. Percebe-se nas respostas dos professores a existência de dois momentos distintos que revelam contradições. O preliminar (teórico) em que as pedagogias conceituais metodológicas são apresentadas e a prática da sala de aula, uma realidade em que o professor se sente desprovido de conhecimentos suficientes para lidar com a diversidade inclusiva. Sobre isto, observa-se que a:

Educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista de forma isolada, mas como parte verdadeiramente intrínseca do sistema regular de ensino". (Sant'ana, 2005, p.46).

A legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, assegura diversos e amplos direitos aos PCDs. A constituição de uma sociedade justa, igualitária e equitativa é reconhecida como principal finalidade da Educação. Contudo, o que acontece é o não cumprimento destas leis de forma plena, seja por falta de recursos financeiros, seja por questões político-sociais (gestão ineficiente).

Para Almeida; Xavier (2021, p.3),

[...] Um dos principais pilares da nossa LDB, está na proposta de formar cidadãos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos, deveres e oportunidades, com liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, ir além do que é esperado a fim de poderem promover mudanças e conviver com dignidade (Almeida; Xavier, 2021, p.3).

Outro ponto levantado nas respostas consiste na escolha do profissional que acompanha ou irá acompanhar o aluno PCD, que por vezes não possui nenhuma formação acadêmica para exercer tais atribuições. Macedo *et al.*, (2014), aponta que "existem diversos entraves", e o político constitui um dos maiores. Desde o mau uso dos recursos até desvios de funções, pois os profissionais que deveriam acompanhar

os alunos com alguma necessidade específica acabam por assumir outras funções dentro do ambiente escolar.

Na profissão professor é importante estudar o universo das deficiências dos alunos com os quais convivemos no dia a dia da sala de aula. Só assim, estaremos melhores preparados para perceber o que ocorre e como devemos intervir de forma assertiva diante do aluno e do ambiente de sala de aula. Neste sentido, Abrão e Baysdorf (2013) afirmam que “ao falarmos de inclusão, não nos referimos apenas ao aluno com deficiência, mas a um trabalho conjunto, no qual todos estejam no processo, ou seja, pensar a educação como um todo”.

Na pergunta 3, partindo da percepção do senso comum de que a presença de pessoas com deficiência (PCDS) em salas de aula regular interfere de forma negativa no desenvolvimento dos demais alunos, buscamos saber a opinião dos professores sobre esta afirmativa.

(síntese das respostas)

*“Infelizmente algumas pessoas ainda veem PCDs como dignas de piedade e compaixão, como se fossem um peso que a sociedade tem que carregar. Em muitos casos acontece o oposto. A presença destes seres especiais em salas de aula, fomenta em muitas crianças e jovens sentimentos de empatia, valores éticos e morais como o respeito as diferenças, a compreensão da tolerância e a promoção da diversidade. Conviver com os diferentes é uma forma de quebrar paradigmas preconceituosos e tornar as pessoas mais humanas”.*

Sobre este raciocínio, Laplane (2016) disserta que:

[...] os valores e princípios da educação inclusiva são capazes de promover instituições mais justas do que aquelas que fundamentam a segregação. Compreendendo que o discurso em defesa da inclusão constitui-se historicamente oposto ao da segregação e, nesse contexto, reconheço a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva. (Laplane 2016, p.17).

Ao longo da trajetória da humanidade, identificamos registros que atestam que pessoas com algum tipo de deficiência não tinham seus direitos reconhecidos. No período da Antiguidade, para alguns povos, pessoas que tinham com deficiência eram consideradas “endemoniados”, que pagavam por pecados de vidas anteriores ou por pecados de seus pais, não sendo merecedoras de compaixão.

Corrêa (2010) *apud*, [Pessotti](#) (1984), na obra “Deficiência mental, cap. 3: da superstição à ciência”, descreve uma cronologia acerca dos costumes antigos sobre pessoas com deficiência:

Os romanos, na antiguidade, segundo Sêneca, estabeleciam as seguintes práticas preventivas de saúde mental: “Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas dá razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (Corrêa (2010) *apud* e [Pessotti](#) (1984) p. 87).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, não deixa dúvidas quanto ao direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. De acordo com estas prerrogativas, entendemos que a inclusão de PCDs em salas do ensino regular caracteriza-se como uma demonstração de igualdade perante a lei como direito inviolável para todos os brasileiros sem distinção de qualquer natureza (Art. 5º, CF/1988, p. 13).

Quanto a qualificação profissional, a pergunta 4 investigou o apoio dispensado pela mantenedora para aprimorar suas práticas pedagógicas como participação em eventos de formação inclusiva: cursos de atualização, palestras, oficinas.

Os entrevistados responderam que o processo de inclusão é uma tarefa difícil e desafiadora, visto que a percepção teórica idealizada fora da escola, muitas vezes colide com a realidade prática no interior da mesma.

(síntese das respostas dos professores)

*“Muita gente acha que inclusão é somente colocar na escola, alimentar, levar ao banheiro, cuidar da segurança, da locomoção e pronto”. “Nós raramente participamos de eventos de formação. Por isso, nos sentimos despreparados para lidar com as demandas de uma sala de aula inclusiva, especialmente quando enfrentamos a falta de recursos didáticos específicos, apoio especializado e tempo para adaptar as práticas inclusivas. O ideal seria que todos os professores recebessem formação específica e tivessem acesso a cursos como o de Libras, além de capacitações sobre o espectro autista, TDAH, entre outros. Dessa forma, estaríamos mais preparados para atender a diversidade de necessidades dos alunos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade”.*

Compreender os desafios e perspectivas que permeiam a formação de professores para a educação inclusiva é essencial para a promoção de práticas pedagógicas que estejam de acordo com a diversidade de PCDs e garantam a estas o direito a uma educação transformadora.

Nas falas dos entrevistados, podemos observar a ênfase dada a necessidade de participação em cursos de formação continuada para melhor desempenho frente aos desafios do processo inclusivo de PCDs no ensino regular. Os professores através de suas vivências, fazem referência a experiências negativas em decorrência de não receber formação pedagógica adequada para a prática da educação inclusiva. Mantoan (2006, p. 25), afirma que “A formação inicial, em muitos casos, é vista como insuficiente para preparar os professores para os desafios que a inclusão traz, o que gera sentimento de insegurança e frustração”. De forma geral, a formação inicial tem caráter abrangente e menos aprofundado. Isto pode dificultar a compreensão e atuação de professores diante de situações mais complexas que exigem além da teoria, uma prática vivenciada durante um determinado período de tempo. “A formação continuada é um processo de desenvolvimento profissional, para o qual uma dimensão experiencial, e não apenas técnica, deve ser alcançada” (Amorim e Castro, 2015 *apud* Canário, 2013, p. 32).

A Lei 9.394/96 (LDB), Art. 58, §1º afirma: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Tal afirmativa, a julgar pelas respostas dos professores não

ocorre no cotidiano das escolas pesquisadas. No entanto, sabemos que a inclusão na escola regular é um processo complexo. Portanto, a formação continuada oferece ao professor meios e subsídios que possibilitam atuar de forma mais eficiente na aprendizagem dos alunos. [...] o papel do professor é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos (Maciel e Ferreira 2025, p. 9, *apud* Alonso, 2013).

Na pergunta nº 5, solicitamos a opinião dos sujeitos da pesquisa sobre o trabalho da equipe multidisciplinar quanto ao atendimento inclusivo de PCD na escola regular e o suporte pedagógico aos professores.

As respostas a esta pergunta apresentaram um caráter similar. Os professores, embora que de forma particular, afirmaram que:

(síntese das respostas dos professores)

*“A equipe multidisciplinar sempre se faz presente nas suas respectivas competências de acordo com as demandas de cada aluno PCD. E nós reconhecemos o empenho demonstrado pelos profissionais da equipe que fazem com que alguns alunos PCD apresentem progressos razoáveis quanto a socialização, autonomia e aprendizagem com atividades curriculares adaptadas. No entanto, por se tratar de alunos com deficiências diversas e com diferentes níveis de comprometimento, o progresso cognitivo acontece de forma lenta respeitando o ritmo de aprendizagem de cada estudante PCD. Quanto ao suporte pedagógico, a equipe se esforça para atender as demandas dos professores, porém a escassez de material adequado para a elaboração de atividades e a falta de profissionais qualificados, são fatores limitantes no apoio ao trabalho professor”.*

Ao verificar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, observa-se um confronto entre as informações prestadas pelo grupo pesquisado e o que está na referida legislação:

## Capítulo I – Das Disposições Gerais - Art.3º, Inciso XIII:

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas” (Lei 13.146,/2015, Art. 3º, inciso XIII).

## Capítulo IV – Do Direito a Educação - Art.28, Inciso VI:

“assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva”.

Na educação brasileira, não é incomum nos depararmos com casos de incompatibilidade entre o que diz a lei e o que de fato acontece. No nosso entendimento, há que se considerar as dificuldades causadas seja pela escassez de recursos financeiros para a contratação de mão de obra, seja pela falta de profissionais qualificados disponíveis no mercado de trabalho. No entanto, a verdade é que a escola não pode em nenhuma hipótese negligenciar o atendimento educacional obrigatório de um direito fundamental e inalienável, buscando sempre se colocar como instituição acolhedora e promotora de mudanças.

A escola deve ser acessível a todos, e existe certo consenso na ideia de que o professor sozinho pode não conseguir dar respostas educativas à todas as demandas que surgem no espaço escolar heterogêneo, e por isso, serviços de apoio podem ser requeridos para que a mesma cumpra seu papel”. (MENDES e SILVA, 2011, p. 34-35).

Uma equipe multidisciplinar ou multiprofissional como também é reconhecida, é aquela formada por diversos profissionais que atuam em conjunto para cumprir um determinado objetivo. Neste caso, por se tratar de uma escola, sua função é atender as demandas relacionadas às dificuldades, distúrbios e transtornos presentes na clientela escolar e que minimizam a capacidade de aprendizagem.

Na pergunta 6, buscamos saber dos entrevistados, o grau de envolvimento das famílias junto a escola na prestação de apoio para que seu filho e/ou outra pessoa PCD tenha sucesso em seu desenvolvimento cognitivo, físico e emocional.

todos os professores afirmaram ser relevante para o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos com deficiência.

(síntese das respostas dos professores)

*“O apoio familiar é de suma importância e contribui para a criação de um clima de confiança entre as famílias a gestão e com os profissionais de forma geral. Isso, facilita a colaboração, proporciona a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que podem ter continuidade no ambiente familiar do aluno PCD” Quando as famílias estão envolvidas, nós professores nos sentimos mais seguros e passamos a acreditar mais, a ter uma visão mais positiva da inclusão porque há um esforço coletivo no enfrentamento dos desafios”.*

A escola, assim como a família, não pode caminhar em lados opostos, mas com o mesmo objetivo: assegurar os estudantes condições de acesso e permanência na escola, reduzindo a evasão e desistência. “A família quando participa do processo de inclusão de seu filho, colabora com a adaptação do mesmo no ambiente, reduzindo a segregação que marginaliza os indivíduos PCD (Carvalho, 2000, p. 17).

Segundo os professores da pesquisa, a rede estadual de ensino, promove alguns cursos de capacitação de curta duração com profissionais de saúde para os profissionais da educação envolvidos diretamente com PCDs e suas famílias. O objetivo é estimular o trabalho em parceria. Estes cursos geralmente abordam características específicas de cada condição, estratégias pedagógicas e de comportamento, além de metodologias que facilitam o aprendizado e a socialização.

Ainda conforme relato do grupo pesquisado, as famílias que se envolvem e participam com mais frequência, os resultados no desenvolvimento cognitivo, emocional e social nos alunos são percebidos, em alguns de forma mais visível em outros de forma mais sutil. “[...] Os pais podem ser nossos grandes aliados na

construção da escola inclusiva. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa recriação da escola, exigindo melhor para seus filhos, com ou sem deficiências e não se contentado com o que sempre existiu” (Mantoan, 2003, p. 30).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva no Brasil ainda é e continuará sendo por longo tempo um processo em desenvolvimento, cheio de reflexões positivas e opiniões contrárias. O fato é que para alcançar patamares desejáveis é preciso ações concretas, mais investimentos em todos os sentidos, recursos financeiros, formação continuada para profissionais envolvidos, métodos de ensino adequados à diversidade, mudanças nas estruturas físicas dos ambientes e recursos materiais de acordo com cada PCD.

Ao analisarmos as respostas dos professores pesquisados, observamos que há um desejo forte em fazer a inclusão na escola regular dar certo. No entanto, as dificuldades operacionais encontradas na escola (pouco material didático e qualificação profissional mínima), ainda são muitas e complicam o alcance de práticas de ensino e aprendizagens eficientes. Porém, há que se considerar que nas instituições de ensino pesquisadas e conforme relato dos professores, é inegável o avanço da educação inclusiva em prol de uma sociedade mais justa.

Na análise das percepções dos professores da pesquisa sobre a inclusão de PCDs em sala de aula regular, uma reflexão nos impõe pensar sobre ações de enfrentamento aos desafios das escolas pesquisadas:

- Mobilizar a comunidade no fortalecimento do atendimento especializado a alunos PCDs como forma de promoção ao acesso e permanência na escola;
- Intensificar ações junto a órgãos competentes para implementar eventos de formação continuada para professores;
- Montar projetos de ensino focados na inclusão de PCDs, visando sensibilizar o poder público para garantir recursos pedagógicos suficientes que atendam as demandas;

- Mover ações de sensibilização junto a mantenedora das escolas para que fomentem cursos, palestras, eventos para melhor qualificação da equipe multidisciplinar;

- Fortalecer os laços de confiança com as famílias para o estabelecimento de parcerias mais sólidas em prol de uma sociedade inclusiva e justa.

Neste trabalho, verificamos que os professores em suas vivências diárias com alunos PCD, enfrentam inúmeras situações desafiadoras causadas ora por falta de recursos adequados, ora por falta de apoio mais eficiente em suas tarefas de ensinar.

De forma geral, as percepções dos professores confirmam algumas informações de que a inclusão escolar em sala de aula regular nas escolas, geralmente acontece de forma tímida, permeada de dificuldades e que muitos professores se sentem impotentes diante de demandas diversas sem saber qual tipo de intervenção deve realizar.

A criação de leis que reconhecem e garantem direitos da pessoa com deficiência, atualmente são luzes que sinalizam um longo caminho a ser percorrido até uma ampla, geral e irrestrita inclusão plena. Porém, até esta conquista, teremos que trabalhar muito para transpor as barreiras do preconceito, da discriminação, da indiferença e da ignorância de muitos.

A presente pesquisa poderá oferecer subsídios para outras pesquisas, contribuindo para o aumento do conhecimento científico, bem como a identificação de lacunas que possam ser resolvidas por novas investigações.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, R. K.; BAYSDORF, G. C. **O trabalho professor do professor de Educação Física em escolas com diferentes fatores sócio econômicos e demográficos: estratégias e saberes construídos.** *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, a.28, n.91, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/980> - acesso 22/07/2025

ALMEIDA, J.E. XAVIER, R.M. **Atividades práticas no ensino de Biologia: um estudo sobre a percepção de professores em um município de Rondônia.** *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.1. jan. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22878>

Acesso: 15/07/2025.

AMORIM,R.M.A.; CASTRO, M.M.C. **FORMAÇÃO INICIAL E A CONTINUADA: DIFERENÇAS CONCEITUAIS QUE LEGITIMAM UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO PERMANENTE DE VIDA .** *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan.-abr., 2015. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/mzBbDRVvkTcvhPPqGRtcfNP/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Diário Oficial da União (D.O.U.) de 09 de outubro de 2001. Disponível em: Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Acesso: 12/07/2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10/07. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 08/07/2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 02/07/2025.

CARVALHO, M.E. **RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA E SUAS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 143-155, julho/ 2000. UFPB, Campus João Pessoa-Pb. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/HT5GHGQWRRjKW85grgV3vdd/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 11/07/2025.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **A Educação Especial na História: dos primórdios à idade média**. v.1. Fundação CECIERJ, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/a1af164aed3aff470abbd469102d4a12.pdf> Acesso: 12/07/2025.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948.

Disponível em: [https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU\\_DireitosHumanos\\_DUDH\\_UNICRio\\_20250310.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf) - acesso: 22/06/2025

FONSECA, V. **Educação Especial – Artes Médicas**, Porto Alegre, 1987. Guimarães, A. Inclusão que funciona. Revista Nova Escola, São Paulo, p.4347, set. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/273097626/Educacao>. Acesso: 12/03/2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GLAT R, FERNANDES EF. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira**. Revista Inclusão: MEC/SEESP. 2005; 1(1).

LAPLANE, A. L. F.; CAIADO, K. R. M.; KASSAR, M. C. M. **As relações público privado na educação especial: tendências atuais no Brasil**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 17, p. 40-55, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25497/18546> - acesso: 22/06/2025.

MACEDO, M. del C. S. R.; AIMI, D. R. S.; TADA, I. N. C.; SOUZA, A. M. de L. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 179-189, abr./jun. 2014.

MACIEL E.S. MEGDA.F. FERREIRA.M.G. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO PROCESSO INCLUSIVO**. Universidade S. Francisco. Itatiba, 2022. Disponível em:

<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/119338457042111.pdf>.  
25/06/2025.

Acesso:

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O quê? Por quê? Como Fazer?**. São Paulo. Ed. Moderna, 2003. Coleção cotidiano escolar. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> – Acesso: 12/07/2025.

MENDES, E.G.; SILVA, A.B. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POR ENTRE POLÍTICAS, PRÁTICAS E CURRÍCULO – UM ESPAÇO TEMPO DE INCLUSÃO?** - REVISTA INCLUSÃO & SOCIEDADE. – Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 11 - n. 3 - p. 255-265 / set-dez 2011. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/> Acesso: 12/07/2025.

MINAYO MCS, Costa AP. **Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação**. Aveiro: Ludomedia; 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SYNxXZrX5CyQPZTNR8csJzG/?format=pdf&lang=pt> - Acesso: 04/07/2025.

REIS, L. A. **Educação inclusiva: Uma Reflexão**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. RJ - 2010.

Disponível: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/LDR.2010.pdf>. Acesso em 17 de mar. 2023.

SANTOS, S.C.M.; SOUSA, J.R: **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso: 12/07/2025.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. **UNESCO**, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>.

SASSAKI. R.K. **Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?14732033](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?14732033). Acesso: 12/06/2025.

SOUSA, F.V.C. CUNHA, V.G.R. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE FRUTAL: UM ESTUDO DE**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.** Cadernos da Fucamp, v.18, n.32, p.198-2019. Disponível em: [file:///D:/Users/Jos%C3%A9%20Elias/Downloads/1699-Texto%20do%20Artigo-6123-1-10-20190401%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/Jos%C3%A9%20Elias/Downloads/1699-Texto%20do%20Artigo-6123-1-10-20190401%20(1).pdf) - Acesso: 01/07/2025.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: percepções de professores e diretores.** Psicologia em estudo, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/TGkrQ6M6vvXQqwjvLmTFrGw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/06/2025.